

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros da
Fundação Ueze Elias Zahran
Campo Grande - MS

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Ueze Elias Zahran ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Ueze Elias Zahran em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação Ueze Elias Zahran, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 12 de junho de 2025.

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.224.974	711.759	Fornecedores		5.259	74
Contas a receber		23.744	28.196	Convênios a realizar	6	1.065.019	533.512
Adiantamentos		4.638	7.891	Obrigações trabalhistas	7	23.735	28.625
Despesas antecipadas		71	140	Obrigações tributárias		2.183	2.096
Impostos a recuperar		-	251			1.096.196	564.307
		1.253.427	748.237				
Não circulante				Patrimônio líquido			
Impostos a recuperar		-	127	Patrimônio líquido	8	188.424	190.034
Imobilizado	5	30.841	5.625	Patrimônio social		188.424	190.034
Intangível		352	352				
		31.193	6.104				
Total do ativo		1.284.620	754.341	Total do passivo e patrimônio líquido		1.284.620	754.341

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHARAN

Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	9	819.003	688.668
Vinculadas			
Projeto Minc Pronac		519.093	315.082
Não vinculadas			
Doações		157.927	236.286
Trabalho voluntário		141.983	137.300
Custo dos projetos sociais	10	(527.614)	(333.075)
Vinculados			
Projeto Minc Pronac		(519.093)	(325.627)
Não vinculados			
Doações a Entidades sociais		(2.700)	(5.350)
Depreciações com projetos		(5.821)	(2.098)
Resultado operacional bruto		291.389	355.593
Despesas/receitas operacionais			
Despesas com pessoal	11	(145.314)	(154.337)
Despesas gerais e administrativas	12	(144.646)	(168.538)
Outras receitas operacionais		-	3.961
		(289.960)	(318.914)
Resultado antes do resultado financeiro líquido		1.429	36.679
Resultado financeiro líquido	13	(3.039)	(2.677)
(Déficit)/superávit líquido do exercício		(1.610)	34.002

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Demonstrações do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

	2024	2023
(Déficit)/superávit líquido do exercício	(1.610)	34.002
Total do resultado abrangente do exercício	(1.610)	34.002
Total do resultado abrangente atribuível a:	(1.610)	34.002
Entidade	(1.610)	34.002

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Déficit/(Superávit) do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1° de janeiro de 2023	156.032	-	156.032
Superávit líquido do exercício	-	34.002	34.002
Transferência do superávit do exercício	34.002	(34.002)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	190.034	-	190.034
Déficit líquido do exercício	-	(1.610)	(1.610)
Transferência do déficit do exercício	(1.610)	1.610	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	188.424	-	188.424

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

	Nota	2024	2023
(Déficit)/superávit líquido do exercício		(1.610)	34.002
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação	5	6.784	2.098
		5.174	36.100
Aumento líquido/(diminuição) das contas de ativo e passivo			
Contas a receber		4.452	(7.593)
Adiantamentos		3.253	(3.576)
Despesas antecipadas		69	(47)
Impostos a recuperar		378	-
Fornecedores		5.185	(501)
Convênios		531.507	510.652
Obrigações trabalhistas		(4.890)	6.600
Obrigações tributárias		87	143
		540.041	505.678
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	5	(32.000)	-
Aquisição de intangível		-	(152)
Caixa líquido das atividades de investimentos		(32.000)	(152)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		513.215	541.626
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		711.759	170.133
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.224.974	711.759
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		513.215	541.626

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Fundação Ueze Elias Zahran (“Entidade” ou “Fundação”) foi criada em 03 de março de 1998, com sede na cidade de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul. Os objetivos da Fundação são promover e divulgar atividades de caráter técnico-científico, educativas, culturais, artísticas, filantrópicas, esportivas e comunitárias; manter cursos educacionais de qualquer nível e organizar congressos, simpósios e outros certames que visam a difundir matérias ligadas à educação e à cultura; e firmar convênios com estabelecimentos de ensino ou órgãos do Ministério da Educação e Cultura com a finalidade de realizar cursos de caráter educativo e cultural. Excluído qualquer fim lucrativo, a Fundação aplicará todos os recursos que obtiver com o desenvolvimento de suas atividades na realização de seus objetivos altruísticos, educacionais, culturais e esportivos. A Fundação possui isenção tributária conforme Lei nº 9.532/97.

Em 2024, a Fundação Ueze Elias Zahran manteve e expandiu suas ações socioculturais, atendendo 369 alunos em oito polos distintos de formação musical (orquestra e coral), abrangendo crianças e adolescentes em diferentes comunidades de Campo Grande. As atividades foram realizadas nos seguintes polos: Associação Meimei, CICA, Lar do Pequeno Assis, Viver Bem, Orquestra Indígena Darcy Ribeiro, Orquestra Grupo Zahran, Comunidade Indígena Marçal de Souza e Comunidade Quilombola Tia Eva.

As instituições parceiras apresentaram ambientes adequados para as atividades, com forte engajamento dos alunos e expectativa positiva para as apresentações. Todos os polos realizaram ao menos um ensaio aberto mensal e uma apresentação pública em suas respectivas comunidades. Os alunos também participaram da gravação de um novo videoclipe, novamente divulgado na programação da TV Morena, e as ações artísticas continuaram alcançando mais de 50 mil pessoas de forma indireta.

Destaca-se ainda a realização de ações inclusivas voltadas ao público com necessidades especiais, com a realização de concerto didático e oficinas musicais junto ao Instituto Sul-Mato-Grossense para Cegos (ISMAG), contemplando seis alunos com deficiência intelectual leve.

A Fundação também promoveu 10 palestras-show com o tema “Música de Concerto e Família de Instrumentos”, direcionadas a professores e alunos da rede pública de ensino. Como parte da estruturação dos núcleos, foram adquiridos 30 violinos e 4 violoncelos completos, utilizados nas aulas e posteriormente destinados à doação para instituições sem fins lucrativos, conforme as normas da legislação de incentivo.

Em termos de captação de recursos, a Fundação obteve no exercício de 2024 o valor total de R\$ 886.823 via Lei Rouanet, com recursos incentivados pela empresa Copa Energia Distribuidora de Gás S.A., destinados aos projetos PRONAC 235193 ("SIMs - Sistema Integrado de Musicalização Social") e PRONAC 243756 ("Orquestra Indígena homenageia os 200 anos de reconhecimento da independência do Brasil por Portugal").

Todas essas iniciativas reforçam o compromisso da Fundação com a inclusão, a valorização cultural e a democratização do acesso à música e à arte em comunidades de maior vulnerabilidade social.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Resolução CFC 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 12 de junho de 2025.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para a casa decimal mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que exigem que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos afetados. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, amortização do intangível, perdas esperadas com créditos e provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Entidade pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Entidade estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

- c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Entidade avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Entidade para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

- d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Entidade transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Entidade não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Entidade tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Entidade com esse ativo.

3.2.2. Passivos financeiros

- a) Reconhecimento e mensuração:

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Entidade, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e convênios a realizar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente:

Após o reconhecimento inicial, fornecedores e convênios a realizar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Desreconhecimento de passivos financeiros:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.3. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Entidade;
- Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil fiscal de cada componente; com exceção dos ativos classificados como benfeitorias em imóveis de terceiros, que são depreciadas as taxas dos contratos de aluguel. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

3.4. Intangível

Programas de computador (software)

Licenças adquiridas de programas de computador não são capitalizadas e não são amortizadas ao longo de sua vida útil.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC PME e consideram premissas definidas pela administração da Entidade e seus assessores jurídicos:

- Ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais.

Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

3.7. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.8. Reconhecimento de receita

A receita é registrada com base no regime de competência e compreende o valor justo das realizações de valores dos convênios, conforme os gastos sejam incorridos, bem como no momento do recebimento das subvenções e doações recebidas.

3.9. Trabalho voluntário

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na Resolução CFC 2015/ITG2002 Interpretação (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Fundação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração.

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais.

3.10. Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias, as despesas com juros e impostos incidentes sobre empréstimos.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre atraso de clientes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Aplicações financeiras - vinculadas (a)	<u>1.207.539</u>	<u>705.511</u>
	1.207.539	705.511
Aplicações financeiras - não vinculadas	<u>17.435</u>	<u>6.248</u>
	17.435	6.248
	<u><u>1.224.974</u></u>	<u><u>711.759</u></u>

(a) As aplicações financeiras com status "vinculadas", referem-se a recursos recebidos vinculados a projetos.

5. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Custos	Depreciação acumulada	2024 líquido	2023 líquido
Benfeitorias em propriedades de terceiros	4%	20.494	(16.429)	4.065	4.884
Aparelhos e máquinas	10 e 20%	29.109	(29.108)	1	93
Móveis e utensílios	10%	7.340	(7.239)	101	212
Equipamentos de informática	20%	12.037	(12.037)	-	-
Geradores	10%	4.460	(4.460)	-	-
Instrumentos Musicais	20%	107.751	(81.077)	26.674	436
		<u>181.191</u>	<u>(150.350)</u>	<u>30.841</u>	<u>5.625</u>

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

Movimentação

	2023	Aquisição	Baixa	Transferência	2024
Custo					
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20.494	-	-	-	20.494
Aparelhos e máquinas	29.109	-	-	-	29.109
Móveis e utensílios	7.340	-	-	-	7.340
Equipamentos de informática	12.037	-	-	-	12.037
Geradores	4.460	-	-	-	4.460
Instrumentos Musicais	75.751	32.000	-	-	107.751
	149.191	32.000	-	-	181.191
Depreciação					
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(15.610)	(819)	-	-	(16.429)
Aparelhos e máquinas	(29.016)	(92)	-	-	(29.108)
Móveis e utensílios	(7.128)	(111)	-	-	(7.239)
Equipamentos de informática	(12.037)	-	-	-	(12.037)
Geradores	(4.460)	-	-	-	(4.460)
Instrumentos Musicais	(75.315)	(5.762)	-	-	(81.077)
	(143.566)	(6.784)	-	-	(150.350)
	5.625	25.216	-	-	30.841
01/01/2023					
	01/01/2023	Aquisição	Baixa	Transferência	2023
Custo					
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20.494	-	-	-	20.494
Aparelhos e máquinas	29.109	-	-	-	29.109
Móveis e utensílios	7.340	-	-	-	7.340
Equipamentos de informática	12.037	-	-	-	12.037
Geradores	4.460	-	-	-	4.460
Instrumentos Musicais	75.751	-	-	-	75.751
	149.191	-	-	-	149.191
Depreciação					
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(14.790)	(820)	-	-	(15.610)
Aparelhos e máquinas	(28.648)	(368)	-	-	(29.016)
Móveis e utensílios	(6.941)	(187)	-	-	(7.128)
Equipamentos de informática	(11.828)	(209)	-	-	(12.037)
Geradores	(4.460)	-	-	-	(4.460)
Instrumentos Musicais	(74.801)	(514)	-	-	(75.315)
	(141.468)	(2.098)	-	-	(143.566)
	7.723	(2.098)	-	-	5.625

Os bens do ativo imobilizado são adquiridos com recursos dos projetos. Não há nenhum vínculo ou obrigatoriedade de devolução dos bens ao Tesouro Nacional ou aos financiadores após o encerramento dos projetos. Os ativos permanecem sob a propriedade da Fundação, integrando seu patrimônio mesmo após o fim das atividades dos projetos que os originaram podendo ser utilizado na sua operação e demais projetos.

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

6. Convênios a realizar

A seguir apresentamos os projetos em andamento no exercício, recursos recebidos pela Fundação bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

	2023	Valores recebidos	Consumo	Rendimentos de aplicação	Transferência	2024
Projeto Minc Pronac	199.731	-	(231.600)	8.761	23.108	-
Projeto Minc Pronac II	333.781	988.849	(287.493)	52.990	(23.108)	1.065.019
	<u>533.512</u>	<u>988.849</u>	<u>(519.093)</u>	<u>61.751</u>	<u>-</u>	<u>1.065.019</u>

- Valores recebidos - referem-se aos montantes recebidos ou captados para a realização dos projetos;
- Consumo - refere-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social;
- Rendimento de aplicação - os montantes recebidos para realização do projeto foram alocados em fundo de aplicação financeira de curto prazo. À medida que este valor estava alocado em aplicação, ele incorreu rendimentos de aplicação financeira. Valor este que será devolvido ao Tesouro Nacional.

7. Obrigações trabalhistas

	2024	2023
Provisão de férias e encargos	19.269	24.625
INSS a recolher	3.207	2.893
FGTS a recolher	1.094	949
PIS sobre folha a recolher	165	158
	<u>23.735</u>	<u>28.625</u>

8. Patrimônio Líquido

O patrimônio social da Fundação foi formado pelas doações recebidas e pelos superávits e déficits acumulados, transferidos para o patrimônio social. Em 2024 o patrimônio líquido da Fundação é de R\$ 188.424 (2023 R\$ 190.034).

Os eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, auferidos mediante o exercício de suas atividades, não são distribuídos a nenhum instituidor, conselheiro, funcionário, diretor, benfeitor ou equivalente, ou a qualquer outra pessoa física ou jurídica, aplicando a integralidade de suas receitas e recursos e eventual resultado operacional no território nacional, no desenvolvimento de seu objeto social.

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

No caso de extinção da Fundação, o Conselho de Curadores, sob acompanhamento do órgão competente do Ministério Público, procederá à sua liquidação, realizando as operações pendentes, a cobrança e o pagamento das dívidas e todos os atos de disposições que estimem necessários. Terminado o processo, o patrimônio residual da Fundação será revertido integralmente, para outra entidade de fins congêneres, portadora do Título de Utilidade Pública Federal, a critério do Conselho de Curadores.

9. Receita operacional líquida

	2024	2023
Doações recebidas	157.927	229.969
Fundo Municipal da Infância e Juventude	-	6.317
Receita com trabalho voluntário (a)	141.983	137.300
Receita do Projeto Minc Pronac (b)	519.093	315.082
	<u>819.003</u>	<u>688.668</u>

(a) O vice-presidente da Fundação, tesoureiro e contador exercem suas atividades de forma voluntária, sem receber nenhuma remuneração e/ou benefícios.

(b) Composição da Receita do Projeto Minc Pronac:

Descrição	2024	2023
Projeto Orquestra Indígena	145.830	54.564
Projeto Orquestra Grupo Zahran	90.716	34.581
Projeto Oficinas de Canto	195.472	200.004
Projeto Quilombola	87.074	25.933
	<u>519.093</u>	<u>315.082</u>

10. Custo dos projetos sociais

As despesas incorridas são empregadas na medida de execução dos projetos. Em 31 de dezembro de 2024, os principais projetos e despesas estão apresentados da seguinte forma:

- Bolsa de Estudo: a finalidade é a promoção da formação escolar e acadêmica dos empregados das entidades do Grupo Zahran, preparando-os para um melhor desenvolvimento de suas funções;
- Projeto Musicalidade: o projeto tem por objetivo promover através da música um instrumento facilitador da inclusão social para crianças de 06 a 14 anos, destacando o ensino coletivo de instrumentos no meio social onde vivem;
- Projeto Orquestra Infante Juvenil: o projeto tem por objetivo promover através da música, um instrumento facilitador da inclusão social, destacando o ensino coletivo de instrumentos no meio social onde vivem;
- Projeto Pontos Cardeais em Campo Grande/MS: tem como finalidade criar um Coral Feminino Infante Juvenil nas regiões Norte, Sul, Leste e Oeste de Campo Grande/MS, propiciando a inserção social de crianças e adolescentes carentes por meio de Oficinas de Canto gratuitamente;
- Contribuições a Entidades: referem-se a contribuições mensais às Entidades sem fins lucrativos, como exemplo; "Sociedade Educacional Juliano Fernandes Varela":

FUNDAÇÃO UEZE ELIAS ZAHRAN

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

11. Despesas com pessoal

	2024	2023
Salários e ordenados	(105.427)	(89.341)
Encargos sociais	(36.276)	(37.240)
13º salário e encargos	-	(7.905)
Férias e encargos	-	(10.845)
Outras despesas	(3.611)	(9.006)
	<u>(145.314)</u>	<u>(154.337)</u>

12. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Comunicação	-	(6.900)
Serviços de terceiros	(579)	(473)
Depreciação e amortização	(963)	-
Manutenção	-	(23.000)
Outras despesas administrativas	(1.121)	(865)
Trabalho voluntário	(141.983)	(137.300)
	<u>(144.646)</u>	<u>(168.538)</u>

13. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Despesas bancárias	(3.037)	(2.666)
Despesas com juros e multas	(2)	(11)
	<u>(3.039)</u>	<u>(2.677)</u>

14. Certificados, imunidades e isenções

O Diário Oficial da União de 20 de abril de 2000 declarou a Fundação como entidade de Utilidade Pública Federal. A Fundação foi declarada Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 2.236 de 29 de maio de 2001 e foi certificada como Utilidade Pública Municipal pelo Lei Municipal nº 3.854 de 08 de maio de 2001.

A Fundação obteve imunidade do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o superávit por meio da Lei nº 9.532 e em conformidade com o artigo 12 da Constituição Federal.

PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

COFINS e ISS

Por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS e ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

15. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Fundação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, incidentes sobre a receita (ISS de 5% e PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL 34%).

Impostos/Contribuições	%	2024	2023
ISS	5	40.950	34.433
PIS	0,65	5.324	4.476
COFINS	3	24.570	20.660
IRPJ	25	204.751	172.167
CSLL	9	73.710	61.980
		<u>349.305</u>	<u>293.716</u>

16. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Entidade está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima, os objetivos da Entidade, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Entidade, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. A Entidade, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Caixa e equivalentes de caixa

A Entidade tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais são consideradas de primeira linha.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados a seguir:

	2024		
	Valor Contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses
Fornecedores	5.259	5.259	-
	5.259	5.259	-
	2023		
	Valor Contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses
Fornecedores	74	74	-
	74	74	-

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Antonio Carlos Moreira Turqueto
Diretoria
Diretor Presidente Conselho Diretor

Vanderley Mazine
Tesoureiro

Roberto Mascarenhas da Cruz
Contador
CRC-MS 005576/O-1